

# Produção e disseminação da informação estatística brasileira: uma análise qualitativa

Luciana de Souza Gracioso

Mestre em Biblioteconomia e Ciência da Informação pela PUC/Campinas, 2002. Especialista em Uso estratégico de tecnologias da informação pela UNESP/Marília, 2000. Bibliotecária da UNICAMP/Campinas, 2002. Professora da Faculdade de Biblioteconomia PUC/Campinas, 2003.

*Diagnostico das práticas relevantes do Sistema Estatístico Nacional – SEN – visando promover a disseminação da informação estatística pautada em análise de conteúdo de entrevistas qualitativas, feitas a partir de um roteiro semi-estruturado, desenvolvidas junto a 8 interlocutores de 6 Instituições pertencentes ao SEN. As considerações são complementadas com dados teóricos e quantitativos, discutidos em outros trabalhos. Destaca a importância do instrumento qualitativo para o desenvolvimento coerente de pesquisas vinculadas às ciências sociais aplicadas, dentre elas, a ciência da informação.*

**Palavras-chave:** Ciência da Informação; Disseminação da informação estatística; Informação estatística; Sistema estatístico nacional; Pesquisa qualitativa.

Recebido em 07.03.03

Aceito em 17.02.04

## Disseminação da informação estatística: breve justificativa

A ciência da informação tem como objeto central de estudo as relações técnicas e humanas que envolvem os processos de tratamento da informação, visando sua recuperação e uso. No âmbito técnico, esta ciência incumbe-se de desenvolver e aperfeiçoar ferramentas de análise temática e descritiva da informação. No contexto humano, encarrega-se de analisar o indivíduo enquanto usuário potencial de informação e nesse sentido desenvolve e aperfeiçoa metodologias de estudo que visam compreender este usuário enquanto cidadão, membro de um grupo social, político, econômico e educacional.

Considera-se que, sendo o indivíduo provido de características e necessidades que lhe são exclusivas, principalmente no que se refere às necessidades informacionais, os sistemas de informação precisam atentar para tais peculiaridades no sentido de desenvolver produtos e serviços adequados ao perfil da demanda, pois acredita-se ser este o caminho mais adequado para promover o uso efetivo da informação. A preocupação com o uso final da informação deve ser a principal preocupação de um sistema de informação.

Dentre as áreas que estudam a informação - sob diferentes enfoques - o termo disseminação é utilizado para representar abrangentes questões. Entende-se disseminar como a ação de difundir, propagar a informação. Entretanto, são as questões voltadas à disponibilização da informação que são consideradas como mais relevantes para serem analisadas, porque entende-se que disponibilizar seja a ação de oferecer ao público determinados serviços ou informações de maneira a permitir seu acesso e uso. Disponibilizar é, então, a ação mais completa, adequada, portanto, para ser praticada por sistemas de informação.

Os estudos direcionados à disponibilização da informação são os que abrangem questões voltadas ao usuário. Gomes (1993), importante pesquisadora e pensadora da área identifica que:

*“... denominamos transferência de informação a um conjunto de ações sociais com que os grupos e as instituições organizam e implementam a comunicação da informação, através de procedimentos seletivos que regulam sua geração, distribuição e uso. Para isso, os centros sociais de transferência de informação (científica, tecnológica, econômica e política) interferem em um ou mais aspectos: a forma e a potência de sua transmissão, os procedimentos e suportes usados para sua armazenagem, e a natureza e destinação das operações de transformação, tendentes a organizar o acesso de determinados agentes a determinadas informações: tradução, representação, análise e síntese da informação. (Gomes, 1993, p. 217).*

Embora a ciência da informação seja competente no sentido de trabalhar o seu principal foco de estudo - a informação -, caberá à instituição que a detém, utilizar os instrumentos desenvolvidos por esta ciência, para promover e potencializar o uso das informações.

Quando a estas informações são atribuídos valores sociais, como às informações estatísticas, o comprometimento da instituição que as detém,

precisaria ser direcionado fundamentalmente à sua disponibilização. Isso porque se acredita ser este o objetivo final de todos os esforços empreendidos com os processos de produção, tratamento, organização e armazenamento da informação.

De fato, até há pouco tempo atrás, como bem caracteriza Senra (1994), os institutos de estatística trabalhavam na crença da validade da Lei de Say, segundo a qual toda oferta acabava criando sua própria demanda. O importante era produzir dados através de pesquisas e disseminá-los através das publicações e planos tabulares definidos quando das primeiras edições do levantamento primário. Imaginava-se que tais documentos eram suficientes para a maioria dos usuários. Demandas específicas poderiam ser atendidas no seu devido tempo, segundo sua importância. A disseminação dos dados era praticamente reativa, o atendimento lento e não-democrático e a base de dados subutilizada. Vivia-se o paradoxo da escassez na abundância. O próprio autor reconhece que este quadro vem mudando, à medida que os institutos começam a modificar sua política de disseminação de informações para torná-la mais adequada às necessidades do usuário demandante e mais pró-ativa na concepção, oferta e distribuição de novos produtos.

Nessa perspectiva foi desenvolvido o trabalho de pesquisa disseminação de informações estatísticas no Brasil: práticas e políticas das agências estaduais de estatística<sup>1</sup>, com a finalidade de analisar as características atuais do sistema estatístico nacional, discutindo seus avanços ao longo das últimas décadas em termos da disseminação das informações estatísticas para a sociedade e para os formuladores de políticas públicas. As análises, discussões e conclusões foram tecidas no âmbito das agências estaduais de estatísticas públicas brasileiras. Para isso foram verificados os esforços empreendidos pelos órgãos que fazem parte do sistema estatístico nacional estatístico – SEN –, atualmente composto por uma instituição coordenadora e produtora de dados, informações e metodologias de pesquisa – IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - e agências estaduais, para promover o uso das informações que produzem, analisando-se especificamente as políticas de disponibilização de informações desenvolvidas e aplicadas para esse fim. Um enfoque mais geral dos objetivos, métodos e resultados desenvolvidos no âmbito dessa pesquisa podem ser analisados em Gracioso (2003), mas apenas com a intenção de contextualizar as discussões que se seguem, convém mencionar que os objetivos que nortearam o desenvolvimento da pesquisa foram os de identificar especificamente quais informações são produzidas por cada agência estatística verificando em quais os suportes estas informações são armazenadas e disponibilizadas. Foram analisadas a procedências dos profissionais alocados para tratamento e organização dessas informações, quantificadas a frequência de consultas a determinados materiais que compõem o acervo da instituição e a frequência com que determinados seguimentos de demanda utilizam esse acervo. Práticas específicas públicas, desenvolvimento de cursos e palestras públicas sobre a temática, dentre outros foram também identificados. Todas essas questões compuseram um questionário estruturado e auto-preenchido que foi encaminhado às 27 agências estaduais (uma de cada estado brasileiro) das quais se obteve respostas de 23. O tratamento quantitativo dessas informações e sua respectiva análise podem ser verificadas em Jannuzzi e Gracioso (2002), para não se desviar o enfoque deste artigo.

Como parte da metodologia empregada no trabalho de pesquisa, foram desenvolvidas entrevistas qualitativas junto a oito interlocutores procedentes

<sup>1</sup> GRACIOSO, L.S. *Disseminação da informação estatística no Brasil: práticas e políticas das agências estaduais de estatísticas*. 2002. 191f. Dissertação (Mestrado) – PUC – Campinas.

de seis instituições vinculadas ao SEN. Tais entrevistas objetivaram, não só complementar as informações advindas do preenchimento dos questionários, como propiciar um enriquecimento das análises, na medida em que as percepções, sugestões e angústias relacionadas à temática puderam ser contempladas. Devido a inquestionável relevância da aplicação desse instrumento de pesquisa qualitativa, não só na presente pesquisa, mas em todos os estudos em ciências sociais aplicadas, como a ciência da informação, é que se optou em discorrer sobre este procedimento em um artigo específico, visto a fundamentação teórica e prática que o uso dessa metodologia propiciou à pesquisa. Assim, o que se pretende, nesse momento, não são discussões teóricas e conceituais sobre a informação estatística, visto que isto foi feito em trabalhos mencionados. Pretende-se dar o devido destaque à aplicação do instrumento qualitativo para o desenvolvimento de pesquisa. Ao apresentar as considerações advindas das análises dessas entrevistas, objetiva-se convalidar que foi possível compreender as implicações relacionadas ao SEN quanto a sua consolidação institucional, as práticas e políticas desenvolvidas para disseminação da informação, as dificuldades enfrentadas pelo Sistema, as implicações relacionadas ao uso de tecnologias para tratamento dessas informações, dentre outras questões, que só puderam ser identificadas, em sua essência, a partir das entrevistas qualitativas.

## Entrevista qualitativa: aplicação

Objetivando esclarecer as características atuais, os avanços e desafios vigentes ao SEN quanto às práticas de organização e disponibilização das informações estatísticas para a sociedade civil e usuários qualificados, foram desenvolvidas entrevistas qualitativas junto a interlocutores das agências estaduais de estatística brasileira, parcialmente transcritas em Gracioso (2002). Vislumbrou-se identificar, a partir da análise de conteúdo dessas entrevistas, as características mais significativas relacionadas às práticas de disponibilização da informação estatística para que, a partir desse diagnóstico, possam-se desenvolver futuras análises e possíveis melhorias no Sistema vigente, de maneira que, cada vez mais, indivíduos tenham acesso e capacidade para interpretar e utilizar informações.

A pesquisa qualitativa é um método adequado para entender a natureza de um fenômeno social. Richardson (1999) identifica que há, naturalmente, situações que implicam estudos de conotação qualitativa sendo uma dessas "situações em que observações qualitativas são usadas como indicadores de funcionamento de estruturas sócias".

No estudo, valeu-se do método qualitativo para subsidiar e identificar questões relevantes sobre a disponibilização da informação estatística no âmbito das agências estaduais, utilizando-se como instrumento de coleta de informações, a entrevista. Assim, desenvolveram-se entrevistas dirigidas aos interlocutores de algumas agências estaduais de estatística. Quanto aos procedimentos de entrevista, Chizzotti (2000) menciona que a relação entre entrevistador e entrevistado deve ser viva e participante, para se entender os vínculos entre as pessoas e os objetos, e os significados que são construídos pelos sujeitos. O resultado final da pesquisa não será fruto de um trabalho meramente individual, mas uma tarefa coletiva.

Em uma entrevista qualitativa, ainda conforme Chizzotti, procura-se entender a experiência que o entrevistado tem, as representações que formam e os conceitos que elaboram, onde estes conceitos se manifestam. As experiências relatadas ocupam o centro de referência das análises e interpretações, e é a partir destas interpretações que se pretendeu descrever ou, ao menos, diagnosticar os processos de disponibilização de informações estatísticas brasileiras.

Os interlocutores entrevistados foram procedentes das Agências de São Paulo (três), um da Fundação SEADE - Sistema Estadual de Análise de Dados, Rio de Janeiro, um da Fundação CIDE - Centro de Informação e Dados Estatísticos, da Bahia, um do SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais, do Rio Grande do Sul, um da FEE - Fundação de Economia e Estatística, e do Paraná, um do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social) e um do IBGE, enquanto órgão federal. O IBGE participou das entrevistas qualitativas enquanto instituição que, além de desempenhar a função de coordenação do sistema estatístico nacional, é também produtora e disseminadora de informações estatísticas<sup>2</sup>.

A entrevista com o interlocutor da SEI foi realizada durante o congresso mundial de população (Salvador, agosto, 2001)<sup>3</sup> e as entrevistas com os interlocutores da FEE e IPARDES se efetivaram durante o encontro nacional das instituições de planejamento, pesquisa e estatística em Porto Alegre, setembro, 2002.<sup>4</sup> As demais entrevistas foram agendadas por telefone, conforme data, horário e local estipulados pelos interlocutores. No ato do agendamento foi enviado por fax o roteiro da entrevista, assim como uma carta contendo explicações sobre os objetivos da mesma. Apresenta-se a seguir relação dos interlocutores entrevistados, conforme Instituição procedente, ordenadas alfabeticamente:

<sup>2</sup> Foram desenvolvidas entrevistas complementares, não pautadas no roteiro utilizado nas demais, junto a profissionais relacionados a serviços de informação: Sônia Regina Allevato, Chefe da Divisão de Documentação do Departamento de Comunicação da Biblioteca do IBGE; Maria Tereza Bastos, Gerência de Biblioteca e Acervos Especiais do IBGE; Leda Maria de Oliveira do Serviço de atendimento telefônico do IBGE e Hellen Saruso da Biblioteca da Fundação CIDE que contribuíram excepcionalmente para esclarecimentos sobre os produtos e serviços desenvolvidos pelas instituições em que atuam, frente ao tratamento e a disseminação da informações estatísticas. Tais entrevistas estão transcritas em Gracioso (2002).

QUADRO I - Interlocutores entrevistados ordenados alfabeticamente por instituição procedente.

INSTITUIÇÃO ESTATÍSTICA	NOME DO INTERLOCUTOR	CARGO OCUPADO
<b>CIDE</b>	Waldir Rugero Peres	Diretor Científico
<b>FEE</b>	Flávio Benevet Fligenspan	Diretor Técnico
<b>IBGE</b>	Davi Wu Tai	Diretor Geral
<b>IPARDES</b>	Arion César Foerster	Diretor do Centro Estadual de Estatística
<b>SEADE</b>	Felícia Reicher Soares	Diretora Adjunta de Produção de Dados
	Luiz Henrique Proença Madeira	Diretor Adjunto de Análise Socioeconômica
	Vivaldo Conti	Gerente de Atendimento ao Usuário
<b>SEI</b>	César Vaz de Carvalho Júnior	Diretor Geral

**Fonte:** GRACIOSO, L. S. *Disseminação da informação estatística no Brasil: práticas e políticas das agências estaduais de estatísticas*. 2002. 191f. Dissertação (Mestrado) – PUC Campinas.

Sucintamente, o roteiro de entrevista estruturou-se segundo três temas gerais: produção da informação estatística, a disseminação da informação estatística e o uso da informação estatística pelo Estado. Quanto à produção,

<sup>3</sup>Entrevista desenvolvida pelo Prof. Dr. Paulo de Martino Jannuzzi, orientador do trabalho de pesquisa, em decorrência da participação do mesmo no referido Evento.

<sup>4</sup>Idem 3

foram abordadas questões voltadas à consolidação do sistema estatístico nacional, as lacunas temáticas ainda existentes que devem ser pesquisadas, e as implicações quanto ao uso de tecnologias para coleta e armazenamento das Informações estatísticas. No que se refere à disseminação, foram abordadas questões relativas às práticas de disponibilização da informação estatística desenvolvidas, identificando as de maior aceitação frente aos usuários, as implicações orçamentárias, físicas e humanas que interferem nestas práticas e a posição da agência no que se refere à relevância da atividade no âmbito de sua Instituição.

Quanto ao uso da informação estatística pelo Estado, procurou-se identificar a atenção dispensada por este, não só no uso das informações institucionalizadas para o desenvolvimento de planos, projetos e políticas públicas, quanto no subsídio às instituições estatísticas.

As entrevistas foram gravadas, transcritas e posteriormente tabuladas segundo categorias temáticas. As categorias identificadas para análise das questões pautaram-se nas perguntas abordadas no roteiro. Para uma melhor estruturação das respostas, algumas questões foram generalizadas conforme os três temas centrais do roteiro, no sentido de objetivar as respostas atribuídas pelos interlocutores.

Quanto ao tema produção de informações estatísticas, foram analisadas categorias temáticas, como a produção de estatísticas públicas no Brasil; possíveis lacunas de pesquisa existentes no sistema estatístico nacional; o papel das agências estaduais no desenvolvimento de pesquisas, dentre outras. Uma melhor visualização das relações atribuídas pode ser vista no QUAD. 2:

QUADRO 2: Relação de questões analisadas advindas das entrevistas conforme os temas gerais abordados no Roteiro.

---

TEMA: Produção de Informações Estatísticas

QUESTÕES ANALISADAS: Produção de Estatísticas Públicas no Brasil; Possíveis lacunas de pesquisa existentes no Sistema Estatístico Nacional; Papel das agências estaduais no desenvolvimento de pesquisas; Papel do IBGE na produção de Estatísticas Públicas; Uso de tecnologias na produção de Informações Estatísticas.

---

TEMA: Disseminação das Informações Estatísticas

QUESTÕES ANALISADAS: Papel das agências estaduais quanto à disseminação das Informações Estatísticas; Publicação impressa enquanto formato de disseminação da Informação Estatística; Uso de tecnologias para disseminação das Informações Estatísticas; Perfil dos usuários das Informações Estatísticas; Perfil do profissional que atua junto à disseminação da Informação Estatística; Iniciativas de potencialização de uso das Informações Estatísticas; Dificuldades referentes à disseminação das Informações Estatísticas.

---

TEMA: Uso da Informação Estatística pelo Estado

QUESTÃO ANALISADA: Aumento da demanda do governo pelas Informações Estatísticas.

---

Fonte: GRACIOSO, L. S. *Disseminação da informação estatística no Brasil: práticas e políticas das agências estaduais de estatísticas.*

Foi feita uma análise de conteúdo das informações levantadas procurando-se manter critérios de objetividade, sistematização e inferência relacionadas aos objetivos norteadores do trabalho. Características de exaustividade e exclusividade foram as mais utilizadas para a análise dos conteúdos, nos quais, respectivamente, priorizou-se delimitar conclusões a partir de sua maior ocorrência dentre as respostas, e analisar considerações relevantes, porém eventuais, entre um interlocutor e outro que, embora não abordadas especificamente em perguntas, foram contempladas em suas respostas.

## Considerações sobre a informação estatística no Brasil

A partir das informações concedidas por interlocutores de expressivas agências estaduais de estatística brasileira, sobre as principais discussões que permeiam o ambiente estatístico nacional, foi possível tecer algumas considerações de caráter conclusivo sobre tal informação no Brasil referentes às características de sua produção, armazenamento e disponibilização para a sociedade.

É necessário mencionar que a *consolidação do sistema estatístico nacional no Brasil* foi evidenciada nos últimos anos através do crescente uso dos produtos e serviços por ele desenvolvidos e apresentados à mídia e, por conseqüência, a uma grande parcela da população brasileira. Essa consolidação, embora percebida por especialistas da área e pela sociedade civil, ainda passa por constantes adequações, visando aprimorar o cumprimento de seus objetivos voltados à disponibilização da informação. É unânime a posição entre os interlocutores entrevistados, de que o Sistema fez avanços significativos nas últimas décadas e, atualmente, está consolidado quanto à produção e à organização das informações estatísticas por ele produzidas, possuindo lugar de destaque frente a sistemas estatísticos de outros países de semelhante realidade econômica/social.

Quanto à *cobertura temática* de pesquisas censitárias, destaca-se a necessidade de essas serem constantemente revistas, adaptadas e redirecionadas porque o contexto social, ambiental e econômico - que lhe são matéria-prima - são periodicamente mudados e passíveis de serem constantemente analisados. A existência de lacunas temáticas na produção de dados não reflete a desorganização ou o despreparo do sistema estatístico nacional e, sim, reforçam que ele percebe as demandas e busca, na medida do possível, adequar sua produção para atendê-las. Dentre as áreas pouco cobertas, mas identificadas como merecedoras de análise, está o meio ambiente, mencionado por três dos interlocutores entrevistados. É inquestionável a necessidade de informações estatísticas sobre aspectos ambientais do Brasil, principalmente para que se possam desenvolver projetos confiáveis e sustentáveis de preservação natural. São mencionadas ainda, lacunas sobre pesquisas territoriais e de turismo - esta última considerada de extrema relevância para o desenvolvimento econômico brasileiro. Informações sobre justiça, segurança e mercado de trabalho também são diagnosticadas como relevantes, a serem constantemente produzidas e revisadas visto a proporção que o assunto se manifesta no País.

As agências estaduais de estatística no Brasil, em geral, têm sua consolidação efetivada nos últimos quarenta anos e, embora independentes

entre si, possuem características semelhantes no que se refere à obtenção de informações por fontes secundárias, relação orçamentária com o respectivo governo estadual e comutação entre metodologias de coleta de dados com o IBGE e demais agências. A *relação entre as agências estaduais e o IBGE* se dá no sentido de complementaridade no uso de metodologias na coleta de informações visando evitar duplicidade das mesmas, gastos orçamentários desnecessários, economia de tempo e de pessoal e precisão de resultados. Quatro dos oito interlocutores entrevistados mencionam os benefícios advindos da relação entre as agências e o IBGE. Estas relações acontecem de maneira particular entre cada agência e entre o IBGE. Algumas pesquisas são relevantemente desenvolvidas, tanto em termos de metodologias como a coleta propriamente dita dos dados, especificamente por algumas agências estaduais, como a pesquisa de mercado de trabalho desenvolvida pela fundação SEADE.

O IBGE, enquanto instituição responsável pela produção nacional de informações censitárias, tem, como responsabilidade, o desenvolvimento de metodologias confiáveis de coleta de dados e organização dos mesmos para promoção de seu uso, tanto pelas agências estaduais como pela sociedade civil. De modo geral, todos os interlocutores entrevistados concordam que o IBGE tem desenvolvido seu papel com considerável êxito. Alguns exemplos são mencionados para se destacar algumas parcerias entre esta instituição e as agências estaduais, como no caso da produção dos PIBs, mencionadas por dois dos interlocutores entrevistados, na qual cada Estado produz sua informação, mas utiliza uma metodologia única desenvolvida pelo IBGE. Três dos interlocutores atentam para as oscilações orçamentárias a que o IBGE é sujeito, quando no desenvolvimento e manutenção de seus produtos e serviços advindos de mudanças de prioridades governamentais.

Quanto ao *uso de tecnologias*, têm-se uma revolução no desenvolvimento de serviços, principalmente os que se destinam à coleta, armazenamento e tratamento de informações. O sistema estatístico nacional, como um todo, tem se beneficiado, nos últimos anos, do uso de tecnologias para coleta e armazenamento de informações, como mencionam especificamente cinco dos interlocutores entrevistados. Alguns empecilhos ainda existem no uso dessas tecnologias para produção de informações, destacadas por três dos interlocutores, referentes às questões orçamentárias e capacitação de recursos humanos para o uso das mesmas. Cabe mencionar que tais empecilhos não são características apenas do sistema estatístico nacional podendo-se considerar que no Brasil, principalmente em instituições públicas, a implementação de tecnologias para o desenvolvimento de serviços são intensivamente impactadas por estas questões.

Considera-se, também, que o *uso da informação pela sociedade* precisaria ser o objetivo norteador do sistema estatístico. Portanto, é fundamental conhecer a percepção que as instituições envolvidas na produção e armazenamento dessas informações têm sobre seus potenciais usuários. A partir do significado que a necessidade informacional do usuário tem perante a instituição é que se desenvolverão produtos e serviços que potencializarão o uso da informação. Nesse sentido, é opinião comum dos interlocutores entrevistados que a informação por eles produzidas não pode ficar apenas estocada. No entanto, identificam ser fundamental a desagregação ou até mesmo uma prévia interpretação das informações por parte das próprias agências estatísticas, visando facilitar uma posterior compreensão por parte



dos usuários, sendo o veículo de comunicação das informações (suporte informacional) fator determinante para direcionar seu uso. A análise e a identificação de grupos de demanda são apontadas por três interlocutores como o principal passo para o desenvolvimento de uma política de disponibilização adequada de informações, questão considerada primordial, neste estudo, para o desenvolvimento de políticas de disseminação de informação relevante.

Como já mencionado, os *formatos de suporte informacional* interferem diretamente sobre o uso efetivo da informação nele inserido. Ao se limitar à publicação de determinada informação a um tipo específico de suporte informacional, estará se limitando, diretamente, a possibilidade de uso dessa informação. Nesse sentido, a preocupação com o suporte da informação que será disponibilizada é fundamental para que seu uso seja efetivo. É consensual entre os interlocutores a relevância da publicação impressa para a disponibilização das informações estatísticas, principalmente em um país com grandes diferenças sociais e educacionais como o Brasil. Dois dos interlocutores mencionam que a publicação impressa também não é suficiente para permitir que classes menos favorecidas financeira e educacionalmente tenham acesso à informação, visto que as tiragens e a distribuição dos exemplares são limitadas. Há a menção por um dos interlocutores referindo que a publicação em papel terá sua função redirecionada no sentido de não mais ser o suporte da informação primária, mas sim, secundária, das meta-informações, que remeterão os usuários às fontes com o conteúdo completo das estatísticas públicas, disponibilizadas em meio digital e *online*.

O desenvolvimento tecnológico na área de informática e telecomunicações atualmente permite expandir, agilizar e qualificar os procedimentos de armazenamento e disponibilização de informações. O CD-ROM permite o armazenamento de grande quantidade de informações organizadas e com estrutura facilitada para manuseio e uso. A Internet, nesse contexto, soma as vantagens do CD-ROM, o acesso ilimitado, em rede, a qualquer momento. As tecnologias, quando utilizadas de maneira adequada, tendem a facilitar, e por conseqüência, agilizar alguns procedimentos de disponibilização e recuperação da informação, inclusive as estatísticas. Dentre os interlocutores entrevistados, todos concordam que a tecnologia alterou positivamente as práticas de disponibilização da informação pelas agências estaduais. Alguns deles atribuem vantagens específicas no uso de tecnologia e mencionam que, com a Internet, a informação estatística ficou mais amigável, transparente, mais próxima dos usuários. Alguns dos interlocutores convalidam que a Internet promove o acesso para todos, acabando, assim, com os acessos privilegiados; na medida em que os dados são colocados na Internet, mesmo com todos os problemas do país, é possível baixar o custo para disponibilização. É ressaltado por um dos interlocutores que a tecnologia torna-se insignificante se os dados nela oferecidos não forem confiáveis e que se as informações disponibilizadas *online* não passarem por um processo de tratamento temático e descritivo, seu uso possivelmente não será efetivo.

Presume-se que todos os indivíduos devam ter acesso à informação, principalmente quando esta se refere a ele próprio, como as informações estatísticas. No entanto, estas informações têm características peculiares quanto à sua estrutura simbólica e representativa, o que interfere, diretamente, em seu uso. A menção às dificuldades de interpretação e uso das informações

estatísticas pela sociedade civil, de modo genérico, é explicitado por quatro dos interlocutores entrevistados. Essa dificuldade em compreender a informação estatística, quando superadas as barreiras referentes a seu acesso, delimitam o perfil de seus usuários. Sua utilização fica restrita a usuários especializados ou com grau superior de escolaridade. Essa tendência é evidenciada pelos interlocutores que elencam, de modo geral, como principais usuários das informações estatísticas, os universitários, a administração pública, as empresas privadas e são os jornalistas os usuários mais citados entre os entrevistados (seis deles os mencionam). Os profissionais de comunicação repassam as informações por eles obtidas a outros cidadãos, através de veículos de comunicação. Os universitários são mencionados por cinco dos oito interlocutores entrevistados podendo-se, assim, considerar que a ciência tem-se disposta a sustentar e convalidar suas teorias e práticas a partir de informações estatísticas, beneficiando diretamente a sociedade no sentido de que esta usufruirá dos avanços científicos alcançados. A administração pública/setor público, grupo o qual se acredita ser o mais ativo quanto ao uso das informações estatísticas para subsidiar políticas sociais, são mencionados por cinco dos interlocutores, o que se pode considerar positivo, embora haja menção de que este grupo de usuários precisaria ser mais assíduo no uso destas informações.

Para que o acesso e uso da informação se dêem de maneira efetiva, não basta apenas direcionar esforços para colocar o usuário em contato com o suporte da informação. Muitas são as questões que precisam ser analisadas para que, realmente, ela seja recuperada e utilizada pelo usuário. A intermediação de um profissional ou de um núcleo de profissionais capacitados nessa função seria uma das possibilidades de promoção do uso da mesma. No entanto, os atributos que devem ser inerentes a esse profissional ainda não são claros em muitos sistemas de informação. Espera-se que, em um sistema de informações estatísticas, as atribuições desse profissional ou desse núcleo devam ser refinadas, visto a grande abrangência temática das informações produzidas e disponibilizadas e da grande diversidade de sua demanda. Quanto à percepção das agências estaduais com relação à relevância desse profissional como principal canal de promoção de um efetivo uso das informações, alguns interlocutores, identificam a função do disseminador como fundamental para o processo de disponibilização de informação. Dentre esses, quatro mencionam especificamente as características que devem fazer parte do perfil desse profissional, sendo a principal delas a capacidade de se traduzir as necessidades da demanda para facilitar a promoção do acesso, da localização e do uso da informação. Outros três interlocutores atribuem ao setor de disseminação da informação um enfoque publicitário, onde as informações são oferecidas como produto.

O direcionamento de esforços para potencializar o uso das informações estatísticas à sociedade civil é o ato mais válido dos órgãos que se propõem a coletar e a armazenar essas informações, mesmo sendo válida a lei de que a oferta de informações deva existir inerente à demanda. As dificuldades do cidadão em assimilar uma informação estatística é totalmente compreensível, principalmente pela natureza valorizada dessa informação. Anteriormente a se direcionar serviços e recursos para a exposição das informações estocadas, se faz necessário criar, desenvolver um ambiente favorável para que o usuário, mesmo sendo especializado, consiga visualizar a informação em sua totalidade

podendo, assim, compreender não só o que ela representa, mas o que poderá dela retirar. A iniciativa promovida pelo IBGE, relacionada ao desenvolvimento do projeto de *bibliotecas depositárias* (em andamento), é extremamente relevante ao objetivar que as universidades públicas tenham acesso às publicações das Instituições, e estas serão responsáveis pela sua disponibilização e promoção de uso junto à comunidade acadêmica. Além disso, é uma iniciativa relevante da instituição, a adequação da estrutura das informações disponibilizadas no *site*, conforme o perfil do usuário (faixa etária / escolaridade). Evidentemente, estando a informação disponível em um formato mais compreensível a determinados segmentos de usuários, provavelmente seu uso será potencializado. Outra prática também contribui para a promoção desta ambientação, e são mencionadas por quatro interlocutores, que seria a capacitação do usuário através de palestras, cursos, aulas. Essa tarefa é referenciada, aqui, como primordial, porque possibilita ao agente produtor da informação desmistificar a informação estatística, sem que um agente físico/tecnológico seja intermediador desse processo, o que pode prejudicar, e até mesmo inibir o usuário da informação. É evidente que seria impraticável atingir toda a sociedade com esse serviço, apenas se considera aqui, o que possivelmente promoveria resultados mais satisfatórios.

Considera-se, também, que, apenas diagnosticar a possível inexistência de políticas de disponibilização de informações estatísticas pelo Sistema Estatístico Nacional, sem se identificarem as dificuldades relevantes para a não efetivação das mesmas, seria insuficiente, já que a existência ou não de determinados serviços ou produtos se consolida a partir das condições que o contexto os propicia. A produção e o armazenamento de informações estatísticas tem, parcialmente mapeadas, as dificuldades que eventualmente possam vir a interferir na eficácia do sistema. No entanto, quando a análise se faz sob o aspecto de disponibilização da informação, algumas dificuldades tornam-se inéditas no sentido de que entram em cena outros fatores que não foram delimitados anteriormente no momento da coleta e armazenamento. O usuário da informação é o principal deles, visto que este faz com que estudos e análises sobre a disponibilização de informações sejam crescentes. Cada usuário tem, individualmente, uma necessidade informacional específica, e sua capacidade de interpretação e assimilação da informação também lhe é exclusiva. Esta seria a principal dificuldade atualmente detectada em sistemas de informação referentes ao desenvolvimento de políticas de disponibilização de informações eficazes. Seis dos entrevistados caracterizam a dificuldade de interpretação e compreensão das informações pelo usuário como sendo a principal dificuldade quanto às suas práticas de disponibilização. Essa caracterização reflete o patamar de percepção das agências estaduais de estatísticas quanto à necessidade de preparar as informações produzidas para que estas, quando acessadas, possam ser assimiladas e utilizadas pelo usuário.

Dentre os segmentos de usuários dessa informação, como já mencionado, tem-se o governo. Desde as primeiras iniciativas de coleta e armazenamento de informações estatísticas, objetivou-se contemplar suas necessidades para subsidiá-lo em suas práticas e políticas públicas. Atualmente, embora tenha sido diagnosticada a necessidade de que estas informações precisam ser adquiridas e utilizadas por todo segmento social, cabe ainda ao governo ser seu principal usuário visto ser dele, formalmente, a função de desenvolvimento de serviços benéficos à qualidade de vida da sociedade.

Quantificar a utilização dessas informações pelo governo também não significa detectar práticas sólidas de políticas públicas. Portanto, é necessário não só atentar para o uso destas informações pelo governo como verificar o seu comprometimento em relação às instituições que trabalham na coleta, armazenamento e disponibilização das informações.

A informação estatística precisa ser a matéria-prima para o desenvolvimento de qualquer prática política, pois é ela que delimita, reflete e *informa* as condições de vida de uma população. E, a partir da realidade expressa por ela, são dadas prioridades às respectivas práticas governamentais. Sem uma utilização efetiva destas informações, estas práticas tornam-se insustentáveis já que sua execução não tem como ser justificada. A percepção da importância destas informações para a consolidação destas práticas foi crescente nos últimos anos como apontam seis interlocutores, o que demonstra parcialmente uma valorização do governo em relação ao SEN e a informação estatística propriamente dita. Dois deles apontam o governo como o principal usuário destas informações. No entanto é interessante ressaltar o destaque feito por um dos interlocutores que menciona a falta de colaboração orçamentária do Tesouro para o desenvolvimento de produtos e serviços voltados à produção e disponibilização de informações estatísticas.

A partir das considerações tecidas, conclui-se que o processo de disponibilização de informações é laborioso, tendo em vista, principalmente, as peculiaridades referentes à adequação da oferta à demanda. Isso, somado às características inerentes da informação estatística, acrescida às especificidades sociais e políticas nacionais, resultam, em termos de disponibilização de informação estatística brasileira, em um grande desafio a ser enfrentado pelas agências produtoras de tais informações e por todos os que se preocupam em entender e aperfeiçoar práticas e políticas de disponibilização de informação como a ciência da informação.

### *Production and dissemination of Brazilian statistical information: a qualitative analysis*

*Based on interviews conducted with eight representatives of six agencies belonging to the National Statistic Systems, the study identifies the efforts undertaken in order to promote the access and use of Brazilian statistical information. The data are complemented with theoretical and quantitative information from other papers. The article also emphasizes the importance of qualitative research for applied social sciences, including Information Science.*

**Key-words:** *Dissemination statistic information; Statistic information; National Statistic Systems; qualitative survey*

## REFERÊNCIAS

ALLEVATO, S. R. Metodologia de inventário das estatísticas nacionais para o mercosul. *Ciência da Informação*. v. 24, n. 2, p. 249-252, 1995.

ANIPES. *Sistema de informações das Instituições Públicas de Pesquisa, em nível nacional*. Curitiba: ANIPES, 2000.

- BAITELLO JR, N. A sociedade da informação. *São Paulo em Perspectiva*, v. 8, n. 4, p.19-21, 1994.
- BARRETO, A. de A. . A questão da informação. *São Paulo em Perspectiva*, v. 8, n. 4, p.03-08, 1994.
- CARDOSO, A. M. Pós-modernidade e informação: conceitos complementares? *Perspectivas em Ciência da Informação*. Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 63-79, jan./jun. 1996.
- CHIZZOTTI, A. *Pesquisa em ciências humanas e sociais*. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2000. 164p.
- CIANCONI, R. *Gestão da informação na sociedade do conhecimento*. Brasília: SENAI/DN, 1999. 120p. (Série SENAI - Formação de Formadores).
- DESROISIÈRES, A. Do singular ao geral: a informação estatística e a construção do Estado. In: CONFERÊNCIA INFORMAÇÃO PARA UMA SOCIEDADE MAIS JUSTA, Rio de Janeiro, *Anais...* Rio de Janeiro: IBGE, 1996.
- GERMAN, C. *O caminho do Brasil rumo à era da informação*. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2000. 133p.
- GOMES, M. N. G. de. A representação do conhecimento e o conhecimento da representação: algumas questões epistemológicas. *Ciência da Informação*. Brasília, v. 22, n. 3, p. 217-222, set./dez.1993.
- GRACIOSO, L.S de. *Disseminação de informações estatísticas no Brasil: práticas e políticas das agências estaduais de estatística*. 2002. 191f. Dissertação (Mestrado) — PUC Campinas.
- GRACIOSO, L. S. Disseminação de informações estatísticas no Brasil: práticas e políticas das agências estaduais de estatística. *Ciência da informação*, Brasília, v. 32, n. 2, 2003.
- GRACIOSO, L. S. de; JANNUZZI, P. M. *Informação estatística brasileira: proposta de controle de vocabulário para a disseminação*. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 20., 2002, Fortaleza. *Anais...* Fortaleza, 2002. (Cd-Rom)
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Catálogo do IBGE* — Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Textos para discussão: estatísticas e indicadores sociais para a década de 90*. Rio de Janeiro, 1989.
- JANNUZZI, P. M.; GRACIOSO, L. S. de. A produção e a disseminação da informação estatística pelas agências estaduais no Brasil. *São Paulo em Perspectiva*, v. 16, n. 3, parte 1, p.92-103, 2002.
- JANNUZZI, P. M. As novas e velhas demandas por informação estatística. *São Paulo em Perspectiva*. v. 4, n. 12, p. 105-112, 1998.
- JANNUZZI, P. M. Fontes de informação sócio-demográfica para planejamento no setor público. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 3, p. 197-210, 1995.
- JANNUZZI, P. M. *Indicadores sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações*. Campinas: Alínea, 2001. 141p.
- KOBASHI, N. Y.; SMIT, J. W.; TÁLAMO, G. M. A função da terminologia na construção do objeto da Ciência da Informação. *DataGamaZero*, v. 2, n. 2, abr. 2001. Disponível em [www.dgzero.org](http://www.dgzero.org). Capturado 10 jun. 2002.
- LARA, M. L. G. de. A arquitetura de sistemas de informações estatísticas na Internet. *São Paulo em Perspectiva*, v. 12, n. 4, p. 99-104, 1998.
- LE COADIC, Y. F. *A ciência da informação*. Brasília: Briquet de Lemos, 1996.
- MARTINES DE SOUZA, J. *Diccionario de bibliotecología y ciencias afines*. 2.ed. Madrid: Fundación Germán Sánchez Ruiérez, 1993.
- MATTOS, J. M. de. *A sociedade do conhecimento: da teoria de sistemas á telemática*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982. 512p.

MÉDICI, A. C. Sistema estatístico, planejamento e sociedade no Brasil (notas para uma discussão). *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, Campinas, v. 7, n. 2, p. 191-206, 1990.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA. *Sociedade da informação no Brasil* - Livro Verde. Brasília, 2000.

POCARO, R. M. *Produção de informação estatística oficial na (des) ordem social da modernidade*. 2000. 193f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - UFRJ/ECO/USP.

PROSÉRPIDIO, R. Repartição de encargos governamentais: a função de informar. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 8, n. 4, p.75-81, 1994.

RICHARDSON, R. J. *Pesquisa social: métodos e técnicas*. São Paulo: Atlas, 1999.

ROBREDO, J.; CUNHA, M. B. *Documentação de hoje e de amanhã: uma abordagem informatizada da biblioteconomia e dos sistemas de informação*. São Paulo: Global, 1994. 400p.

RODRIGUES, A. D. A comunicação, ideologia do nosso tempo. In: \_\_\_\_\_ *Comunicação e cultura: a experiência cultural na era da informação*. Lisboa: Presença, 1994. p. 13-46.

SENRA, N. de C. Informação estatística: demanda e oferta, uma questão de ordem. *DataGramaZero*, v. 1, n. 3, jun. 2000. Disponível em [www.dgzero.org](http://www.dgzero.org). Capturado em 10 set. 2001. (a)

SENRA, N. de. Política de informação estatística, instrumento de regulamento para/pela coordenação. In: *SEMINÁRIO DE CONHECIMENTO E INFORMAÇÃO NAS SOCIEDADES DA COMUNICAÇÃO. Fórum de Ciência e Cultura*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000. (b)

SENRA, N. C. Por uma disseminação democrática de informações. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 8, n. 4, p. 40-45, 1994.

SENRA, N. de. Vendo o futuro no presente: por uma agenda de estudos para o IBGE no SEN. In: IBGE. *65 ANOS DA CRIAÇÃO DO IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [ 1936 ] 130 anos da criação da DGE - Diretoria geral de Estatística [1871]*. [s.n.t].

SMIT, J. W. A disponibilização da informação institucionalizada: condicionantes e perspectivas. *Cadernos FUNDAP*, 1998.

SOUZA, L. P. de. A informação estatística: bem econômico e social. *Perspectivas em Ciência da Informação*. Belo Horizonte, v. 2, n. 1, p. 203-222, jan./jun. 1997.

TAKAHASHI, T. (Org.). *Sociedade da Informação no Brasil*: Livro Verde. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000.

THYGESEN, L. Comercializando estatísticas oficiais sem vender a alma. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 8, n. 4, p.68-74, 1998.

WERSIG, G. Information Science: the study of postmodern knowledge usage. *Information processing and management*, v. 29, n. 2, p. 229-239, 1993.